



LEI Nº 1.739, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

(Acrescenta o Artigo 212-A no Código Tributário do Município de São Joaquim da Barra, aprovado pela Lei nº 1.154, de 26 de Dezembro de 1974).

Eu, WAGNER JOSÉ SCHMIDT, Prefeito de São Joaquim da Barra, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Extraordinária realizada no dia 12 de Janeiro de 2026, pelo que sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. O Código Tributário do Município de São Joaquim da Barra, aprovado pela Lei nº 1.154, de 26 de Dezembro de 1974, passa a vigorar acrescido do Artigo 212-A com a seguinte redação:

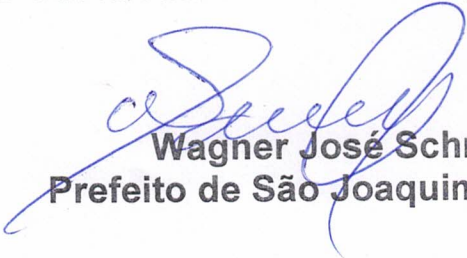
“Artigo 212-A. Ficam isentos da taxa de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos os contribuintes que forem considerados imunes ou isentos do imposto predial e territorial urbano – IPTU, na forma da Constituição Federal ou da legislação municipal, bem como aqueles imóveis em que não haja lançamento deste imposto.

Parágrafo Único. A isenção da taxa de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá ser requerida pelo interessado à Prefeitura anualmente, por meio de requerimento escrito acompanhado dos documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos legais para enquadramento em uma das condições previstas no “caput” deste artigo.”

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação e produz seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2026.

Artigo 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP, 12 DE JANEIRO DE 2026.


Wagner José Schmidt
Prefeito de São Joaquim da Barra